MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE SAÚDE DO EXÉRCITO
(Es Apl Sv Sau Ex / 1910)

1º Ten Alu **CAMILA** PEREIRA DA SILVA **QUEIROZ**

ABUSO SEXUAL CONTRA MULHERES MILITARES: REVISÃO DE LITERATURA

Rio de Janeiro
2019

1º Ten Alu **CAMILA** PEREIRA DA SILVA **QUEIROZ**

ABUSO SEXUAL CONTRA MULHERES MILITARES: REVISÃO DE LITERATURA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Saúde do Exército, como requisito parcial para aprovação no Curso de Formação de Oficiais Médicos do Serviço de Saúde, pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização em Aplicações Complementares às Ciências Militares.

Orientadora: Cap Miriam **Kemper**

Rio de Janeiro
2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
ESCOLA DE SAÚDE DO EXÉRCITO/BIBLIOTECA OSWALDO CRUZ

Q3a Queiroz, Camila Pereira da Silva.
Abuso sexual contra mulheres militares: revisão de literatura / Camila Pereira da Silva Queiroz. – 2019.
f. 25
Orientadora: Cap. Miriam Kemper.
Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) – Escola de Saúde do Exército, Programa de Pós-Graduação em Aplicações Complementares às Ciências Militares, 2019.
Referências: f.24-25.

1. MULHER MILITAR. 2. ABUSO SEXUAL. 3. EXÉRCITO. 4. FORÇAS ARMADAS. I. Kemper, Miriam (Orientadora). II. Escola de Saúde do Exército. III. Título.

CDD 341.5551

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial deste trabalho.

_____ _____

Assinatura Data

1º Ten Alu **CAMILA** PEREIRA DA SILVA **QUEIROZ**

ABUSO SEXUAL CONTRA MULHERES MILITARES: REVISÃO DE LITERATURA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Saúde do Exército, como requisito parcial para aprovação no Curso de Formação de Oficiais do Serviço de Saúde, pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização em Aplicações Complementares às Ciências Militares.

Orientadora: Cap Miriam **Kemper**

Aprovada em 30 de setembro de 2019.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

_____

Cap Miriam **Kemper**

Orientadora

_____

Cap Otávio **Augusto** Brioschi Soares

Avaliador

Ao meu amado marido, pelo incentivo e amor em todos os meus projetos de vida!

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha orientadora Cap Kemper pelo empenho dedicado ao meu trabalho, pela paciência e disponibilidade durante a elaboração da pesquisa.

Ao meu marido que, apesar da distância e de todas as dificuldades, me incentivou a persistir nessa jornada.

A minha família e aos meus amigos de sempre, estando eles em Juiz de Fora ou em Belo Horizonte, por serem minha eterna inspiração e compreensão na ausência.

Não sabendo que era impossível, ele foi lá e fez.

Jean Coctaeu

RESUMO

O presente trabalho aborda o abuso sexual contra mulheres militares, a partir da inserção do segmento feminino na carreira militar. As mulheres integram crescente e importante parcela nas Forças Armadas Brasileiras, o que reflete um processo de transformação mundial da condição feminina ocorrida a partir do século XX. No Brasil, a incorporação de mulheres ainda é historicamente muito recente, o que faz com que a literatura nacional não demonstre dados oficiais sobre o cenário abordado. A grande maioria das produções científicas que analisa a participação feminina no meio militar é estrangeira, destacando-se a literatura americana, tendo-se em vista que o engajamento feminino nos Estados Unidos é maior e mais antigo. Os estudos ressaltam que crimes contra a dignidade sexual são experiências comuns vividas pelo segmento feminino, embora as taxas variem de acordo com a metodologia empregada, sendo a prevalência média de 34,8% entre mulheres militares. A literatura identifica características consideradas fatores de risco para a ocorrência da violência sexual, destacando-se: idade de incorporação muito jovem, histórico de abuso sexual na infância e uso abusivo de álcool. As pesquisas também apontam as consequências para a saúde mental e física, tais como: o desenvolvimento de estresse pós-traumático, depressão, suicídio, dor pélvica crônica, queixas osteomusculares, obesidade e aumento do risco cardiovascular. Assim, diante das informações apresentadas, o presente trabalho ressalta a importância da criação de medidas preventivas e educacionais entre militares, identificando fatores de risco e tratando as consequências, a fim de evitar um problema que já se tornou endêmico em outros países.

Palavras-chave: Mulher Militar. Abuso Sexual. Exército. Forças Armadas.

ABSTRACT

The present work addresses the sexual abuse against military women, from the insertion of the female segment in the military career. Women are a growing and important part of the Brazilian Armed Forces, which reflects a process of worldwide transformation of the female condition that occurred from the twentieth century. In Brazil, the incorporation of women is still historically very recent, which means that the national literature does not show official data about the scenario approached. The vast majority of scientific productions that analyze female participation in the military are foreign, especially American literature, given that female engagement in the United States is larger and older. Studies emphasize that crimes against sexual dignity are common experiences lived by the female segment, although the rates vary according to the methodology employed, with an average prevalence of 34.8% among military women. The literature identifies characteristics considered risk factors for the occurrence of sexual violence, especially: age of incorporation very young, history of childhood sexual abuse and alcohol abuse. Research also points to the consequences for mental and physical health, such as the development of post-traumatic stress, depression, suicide, chronic pelvic pain, musculoskeletal complaints, obesity and increased cardiovascular risk. Thus, given the information presented, the present study highlights the importance of the creation of preventive and educational measures among the military, identifying risk factors and addressing the consequences, in order to avoid a problem that has already become endemic in other countries.

Keywords: Military Woman. Sexual Trauma. Army. Armed Forces.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1– Admissão das mulheres nas três Forças Armadas **b**rasileiras..... 14

Quadro 2– Admissão de mulheres nas Academias Militares das três Forças Armadas brasileiras..... 15

Figura 1 – Queixas de crimes sexuais nas Forças Armadas registrados em Israel, Estados Unidos e Brasil..... 16

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 10

2 DESENVOLVIMENTO..... 12

2.1 METODOLOGIA 12

2.2 ATUAÇÃO DA MULHER NAS FORÇAS ARMADAS..... 12

2.3 ABUSO SEXUAL CONTRA MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS..... 16

2.4 FATORES DE RISCO..... 17

2.5 CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE MENTAL..... 18

2.6 CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE FÍSICA..... 20

3 CONCLUSÕES..... 22

REFERÊNCIAS..... 24

1 INTRODUÇÃO

Atualmente as mulheres compõem parcela crescente do efetivo das Forças Armadas brasileiras, e atuam no cumprimento de missões constitucionais em todos os cenários. Além de se destacarem profissionalmente nas atividades que desempenham, ocupam também posições de comando e planejamento estratégico, atuando em todo território nacional e em missões no exterior (ROCHA, 2017).

Por outro lado, a introdução feminina em um meio tradicionalmente ocupado por homens alerta para possíveis consequências, as quais já foram identificadas em países como os Estados Unidos da América e Israel, onde a inserção da mulher no meio militar e bélico é mais antiga e mais bem estudada. Dentre as consequências identificadas, destaca-se pela gravidade e prevalência, o aumento de casos de abuso sexual contra mulheres militares (KIMERLING et al, 2016).

No Brasil, o termo “abuso sexual” é usado genericamente para categorizar qualquer ato de violação sexual sem o consentimento da outra parte. O Código Penal Brasileiro protege a vítima nos casos de “crime contra a dignidade sexual”. Entre as manifestações de abuso sexual, incluem-se o estupro e o assédio (LOBO, 2019). Como a participação feminina nas Forças Armadas brasileiras é relativamente recente, não existem dados oficiais sobre a prevalência de abuso sexual contra essa população específica, embora já existam estatísticas relacionadas às Forças Auxiliares, como Polícia Civil e Polícia Militar.

A violência sexual é um problema endêmico de saúde pública nos Estados Unidos. O Departamento de Assuntos de Veteranos de Guerra Americano adotou a designação “trauma sexual militar” (military sexual trauma, MST) para se referir a qualquer forma de assédio sexual que ameace o caráter da vítima, ou a qualquer agressão física de natureza sexual que ocorra enquanto a vítima está no exercício militar, independentemente da localização geográfica, gênero ou relação com o agressor. Estudos indicam que a prevalência de abuso sexual no meio militar varia conforme o método empregado na pesquisa, conforme a definição de “abuso sexual” adotada, e de acordo com a amostra estudada. Embora variável de acordo com os fatores citados, a prevalência entre as mulheres militares demonstra ser ainda maior do que na população feminina em geral, atingindo até 84% em alguns estudos que avaliam qualquer tipo de abuso durante os 8oanos de serviço militar (TURCHIK; WILSON, 2010). As taxas também aumentaram ao longo dos anos, o que pode estar relacionado a maior facilidade de denúncia e notificação.

Diversos estudos americanos procuram investigar e identificar os fatores de riscos associados às maiores estatísticas de crimes contra a dignidade sexual no meio militar, como por exemplo o uso abusivo de álcool. A partir da identificação dos principais fatores, é possível a criação de medidas e políticas preventivas e de combate aos desencadeantes, buscando prevenir problema antes mesmo que ele se manifeste.

Além de identificar os fatores de risco, é de extrema importância conhecer as consequências para aquelas mulheres que já sofreram algum de tipo de abuso sexual, a fim de propiciar tratamento adequado e evitar agravos maiores, como até mesmo o suicídio. Os efeitos psicológicos do abuso sexual têm sido bem documentados, como a depressão e a ansiedade, o uso e a dependência de drogas ilícitas, disfunção sexual, estresse pós-traumáticos e ideação suicida. Estudos também demonstram que o efeito cumulativo de experiências traumáticas está associado com o aumento da morbidade e da prevalência de doenças crônicas.

Portanto, o presente trabalho trata-se de uma revisão de literatura sobre abuso sexual contra mulheres militares. Objetiva-se identificar fatores no meio militar que podem aumentar a prevalência de casos de abuso sexual contra o segmento feminino, avaliar as consequências associadas e, assim, auxiliar na criação de práticas e recomendações preventivas futuras.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

O presente trabalho apresenta uma revisão de literatura em que foram selecionados artigos utilizando como banco de dados: MedLine, SciELO, PubMed e Google Acadêmico, além de sites governamentais. Os termos de busca utilizados foram: mulher militar, abuso sexual, Exército, Forças Armadas. Foram excluídos artigos anteriores ao ano de 2000. O critério de exclusão também se aplica para os artigos que após leitura não se referiam ao objetivo principal da presente pesquisa. No total foram recrutados 25 trabalhos, dentre eles 14 em inglês e 11 em português.

2.2 ATUAÇÃO DA MULHER NAS FORÇAS ARMADAS

A mulher militar integra crescente e importante parcela nas Forças Armadas brasileiras. Segundo dados oficiais, a presença feminina na Força Terrestre em 2015 era de 6009 integrantes, sendo este número dividido em 4.295 oficiais e 1.714 praças, o que correspondia a 3,2% do efetivo militar (BRASIL, 2015). Em 2017, o efetivo total das mulheres já representava 4% do total do Exército, sendo em termos numéricos 9.560 mulheres militares (ROCHA, 2017). Com relação a Força Aérea, o efetivo militar total em 2015 era de 69.093 militares, sendo deste quantitativo apenas 9.322 mulheres, ou seja, 13,78% do total (3.537 oficiais e 5.785 praças) (BRASIL, 2015); em 2017, o quantitativo de mulheres militares foi para 11.320 (mais de 15% do total do efetivo) (ROCHA, 2017). Em 2015, 6.922 mulheres militares faziam parte da Marinha, sendo esse valor dividido em 3.197 oficiais e 3.725 praças, o que correspondia a 10.08% do efetivo total militar desta Força (BRASIL, 2015). Este número saltou para 8.079 (aproximadamente 13-14% do total), em 2017 (ROCHA, 2017). Embora em número crescente, a participação feminina nas Forças Armadas brasileiras ainda é historicamente recente, o que justifica os poucos estudos nacionais abordando a participação feminina na carreira militar.

A inserção feminina nas Forças Armadas expressa um processo de transformação da condição feminina ocorrida a partir do século XX, que marcou importantes transformações nas relações de gênero. Esta abertura ocorreu devido a um conjunto de acontecimentos no mundo: a crise de recrutamento vivenciada pelos principais exércitos; a supressão da conscrição obrigatória em alguns países e a remuneração dos soldos abaixo dos salários

oferecidos pela iniciativa privada e pelos demais órgãos públicos de natureza civil (ZUCATTO, 2016).

A incorporação de mulheres nas Forças Armadas brasileiras ainda é muito recente, quando comparada a outros países, e não foi realizada a partir de uma política federal específica, sendo que cada força administrou de forma independente tal entrada (LIMA; TARDIN, 2015). O percentual de mulheres componentes das Forças Armadas de diversos países foi apresentado por Lambert (2017) conforme tabela 1.

Tabela 1: Percentual de mulheres nas Forças Armadas no Brasil e no mundo

A presença delas pelo mundo

Confira o percentual de mulheres nas Forças Armadas em alguns países:

África do Sul	25%
Austrália	15%
Nova Zelândia	15%
França	15%
Canadá	15%
Estados Unidos	14%
Espanha	12%
Portugal	11%
Suécia	11%
Rússia	10%
Reino Unido	9,5%
Noruega	9%

Na América do Sul

Em todo o continente, cerca de 80 mil mulheres são militares, 8% do total.

Uruguai	20%
Venezuela	18%
Argentina	17%
Peru	9%
Chile	9%
Paraguai	5,5%
Equador	3%
Bolívia	1,9%

No Brasil

O efetivo total de militares é de 368 mil militares, 28 mil são mulheres, ou seja 7,6%.

Marinha	7.951
Exército	9.238
Força Aérea Brasileira	10.892

Cerca de 20 países, a maioria na Europa, permitem o acesso das mulheres a qualquer cargo da corporação, inclusive em posições de combate. Da América Latina, estão na lista Argentina, Bolívia, Colômbia, Nicarágua e Venezuela. No Brasil, o acesso das mulheres à armas combatentes ainda é restrito.

Em outras instâncias

O Brasil ocupa o 115º lugar no ranking de mulheres na política.

Executivo	2 ministras entre 26 (7,6%)
Legislativo	55 das 513 cadeiras da Câmara (10,7%) e 12 dos 81 assentos do Senado (14,8%)
Judiciário	2 ministras de 11 no Supremo Tribunal Federal (18%). A média geral da magistratura é de 62,7% de homens e 37,3% de mulheres.

Fonte: Lambert, 2017

Três principais fatores determinaram a integração feminina nas Forças Armadas no Brasil. O primeiro deles, a democracia, em que a população demandou maior igualdade de oportunidades para as cidadãs e cidadãos brasileiros. O segundo fator foi a mudança na gestão da guerra, ocorrida pela evolução tecnológica e maior sofisticação de armamentos, além de mudanças administrativas. E por fim, o terceiro fator foi o psicossocial, em que a percepção sobre a função do militar na sociedade sofreu mudanças, demonstradas pela atuação do mesmo em ações subsidiárias auxiliando no desenvolvimento econômico e social do país (ZUCATTO, 2017).

O registro da primeira mulher brasileira em combate ocorreu em 1823, quando Maria Quitéria de Jesus lutou pela manutenção da independência do Brasil. Já durante a segunda Guerra Mundial, 73 enfermeiras serviram como voluntárias em hospitais do Exército norte-americano. Em 1980, o ingresso da mulher na Marinha foi regulamentado por lei, e segundo Rocha (2017), representava 10,08% do efetivo. Já a Força Aérea Brasileira criou em 1982 o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica. Em 2017, o segmento feminino era responsável por 13,78 % do efetivo, sendo a Força Armada com maior participação feminina em seu Quadro. O ingresso da mulher no Exército Brasileiro foi marcado em 1992 pela criação da primeira turma de formação da Escola de Administração do Exército. Em 2016, a força terrestre divulgou pela primeira vez edital com oportunidade de ingresso na área bélica (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2017).

Almeida (2015), apresentou dados sobre a presença feminina nas Forças Armadas. No quadro 1 encontram-se informações referentes ao início da admissão de mulheres na Marinha, Exército e Aeronáutica.

Quadro 1: Admissão das mulheres nas três Forças Armadas brasileiras

Admissão das Mulheres nas três Forças Armadas			
Força	Marinha	Exército	Força Aérea
Ano de Admissão	1980	1992	1982
Quadro/Corpo	Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha	Quadro Complementar de Oficiais	Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica
Marco Legal	Lei n. 6.807, de 1980.	Lei n. 7.831, de 1989.	Lei n. 6.924, de 1981.

Fonte: Almeida, 2015

No quadro 2 apresentam-se os dados referentes a entrada das mulheres nas principais escolas de formação de oficiais das três Forças, em que Almeida (2015) já demonstra a previsão de ingresso na Academia Militar das Agulhas Negras para o ano de 2018.

Quadro 2: Admissão de mulheres nas Academias Militares das três Forças Armadas brasileiras.

Admissão de mulheres nas Academias Militares das Forças			
Força	Marinha	Exército	Força Aérea
Escola de Formação	Escola Naval (EM)	Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)	Academia da Força Aérea (AFA)
Ano de Admissão	2015	2018[8]	1996
Corpos, Armas, Serviços, Quadros e Especialidades	Intendência	Intendência[9] Material Bélico	Intendência Aviação[10]

Fonte: Almeida, 2015.

Entretanto, o maior engajamento militar feminino não implicou em aumento na produção intelectual sobre o tema no Brasil. A grande maioria das produções científicas que aborda a participação feminina no meio militar é estrangeira (ROCHA, 2017).

Nos Estados Unidos da América, a participação feminina militar é maior e mais antiga, demonstrando importante crescimento desde o ano de 1975, podendo a mulher atuar inclusive em posições operacionais com a função de combatente (BRAUN et al, 2016). Neste país, a participação de recrutas do sexo feminino é significativa. Embora no Brasil o alistamento militar seja obrigatório para homens que completam 18 anos, já existe projeto de Lei em votação que prevê o serviço militar voluntário para mulheres ao completarem 18 anos. Portanto, a participação feminina nas Forças Armadas Brasileiras, já crescente nos últimos anos, deve assemelhar-se cada vez mais ao cenário americano (ROCHA, 2017).

Atentando ao importante efetivo feminino militar, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos promoveu investigações sobre aspectos e impactos de saúde em mulheres militares, visando facilitar o acesso delas aos serviços sanitários, identificar agravos e instituir políticas de promoção e prevenção em saúde (RANK; HEROUX, 2017). Diante das informações adquiridas, verificou-se que grande parte das afecções físicas e psíquicas encontradas eram consequências do significativo número de casos de abuso sexual contra a população feminina militar. Muitos estudos foram desenvolvidos a fim de identificar a real prevalência do abuso sexual contra a população feminina militar nos Estados Unidos, além de elencar os fatores desencadeadores e as consequências associadas (ROSELLINI et al, 2017).

2.3 ABUSO SEXUAL CONTRA MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS

Não existem estatísticas brasileiras oficiais que abordem a prevalência de abuso sexual contra mulheres nas Forças Armadas, sendo que ocorre subnotificação de muitos casos (MATHIAS, 2009). Foi realizada uma pesquisa pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, que abordou a questão entre as mulheres componentes da Segurança Pública, como Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Polícia Civil e guardas municipais, e identificou-se que 40% das mulheres já haviam sofrido algum tipo de assédio moral ou sexual no trabalho, e apenas 11,8% das mulheres denunciaram tais abusos (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015).

Enquanto a participação feminina regulamentada por lei nas Forças Armadas brasileiras ainda é recente (a partir de 1980 na Marinha), países como os Estados Unidos apresentam maior experiência sobre o assunto, citando-se como exemplo a criação do Corpo Auxiliar americano em 1942, que formou mais de 150 mil soldados mulheres para a Segunda Guerra Mundial (CAMARGO, 2019). Existem vários estudos de revisão americanos que procuram definir a prevalência de abuso sexual contra mulheres militares nos Estados Unidos. Essa prevalência varia entre as pesquisas, entre 20 e 45%, a depender da metodologia empregada, definição de abuso sexual usada, população e cenários avaliados (WILSON, 2016). Estatísticas de queixas de crimes sexuais contra mulheres em Israel, Estados Unidos e Brasil foram divulgadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015).

Figura 1: Queixas de crimes sexuais nas Forças Armadas registrados em Israel, Estados Unidos e Brasil

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

Embora esteja muito bem documentado que o trauma sexual é uma experiência comum entre mulheres militares americanas, não existe uma estimativa precisa sobre a prevalência real dos casos de abuso sexual. Foi realizada uma meta-análise de 69 artigos de revisão a fim de agregar estatisticamente os achados de todos os estudos, definindo uma única prevalência entre metodologias e características das pesquisas. Em estudos que avaliaram a prevalência conjunta de assédio e agressão sexual, a prevalência média encontrada foi de 34,8%. Estudos que avaliaram separadamente assédio e agressão, a prevalência média encontrada foi, respectivamente, 52,5% e 23,6% (WILSON, 2016).

Ainda que as prevalências variem entre os diversos estudos, o que indica a necessidade da maior padronização de definições e cenários avaliados, todas as pesquisas concluem igualmente quanto a necessidade de medidas com ênfase na prevenção, avaliação e tratamento de traumas decorrentes de crimes contra a dignidade sexual da mulher.

2.4 FATORES DE RISCO

Vários estudos abordando o abuso sexual contra as mulheres militares nas Forças Armadas Americanas identificaram características individuais que podem ser consideradas fatores de risco durante o exercício da atividade militar, incluindo características sociodemográficas e histórico de abuso sexual prévio. Em um estudo transversal realizado entre mulheres veteranas, identificou-se maior prevalência de histórico de estupro entre aquelas que foram incorporadas em idade mais jovem e que não concluíram o ensino superior. Identificou-se que a probabilidade de ser estuprada quase dobra para mulheres que foram incorporadas com menos de 19 anos de idade, sofreram violência física ou sexual na infância ou estavam na posição de voluntárias para o serviço militar inicial (MARTIN et al, 2000). Em amostra nacional de 3632 veteranas, as mulheres que relataram sofrer violência sexual nas Forças Armadas foram incorporadas significativamente mais jovens dos que as que não relataram violência sexual (SURIS; LIND, 2008). Uma possível justificativa para muitos jovens recorrerem ao ingresso às Forças Armadas em uma idade menor (mais precocemente) é poder escapar de um ambiente familiar disfuncional, sendo que 49% referiram uma fuga do ambiente doméstico como principal motivo para o alistamento militar (ROSELLINI et al, 2017).

A relação entre o risco de agressão sexual em adultos e história de abuso sexual na infância está bem estabelecida. Muitos militares entram nas Forças Armadas com histórias de experiências potencialmente traumáticas. Nos Estados Unidos foi realizada uma pesquisa

retrospectiva por telefone em que 27% das mulheres adultas relataram uma história de abuso sexual infantil, enquanto uma pesquisa com soldados do Exército dos EUA em unidades de apoio de combate e serviço constatou que 49% das mulheres soldados relataram uma história de abuso sexual na infância usando as mesmas perguntas de triagem usadas no estudo nacional (MARTIN et al, 2000). Mais de 50% dos sobreviventes de estupro foram agredidos sexualmente pela primeira vez antes dos 18 anos, sendo que metade destes com menos de 12 anos (SURIS; LIND, 2008).

O uso abusivo de álcool também foi considerado importante fator de risco de violência sexual contra as militares, já que estudos indicam que tal uso abusivo está presente em mais de 50% dos casos de abusos. Outros estudos indicam que existe maior chance de ocorrência de abusos no período inicial de treinamento militar, em que também ocorre maior consumo de álcool por parte das mulheres militares. Para muitas jovens, o período inicial do treinamento pode ser o primeiro contato com bebidas, o que associado à pressão psicológica vivenciada no momento, conduz ao desenvolvimento de comportamentos de risco. Existem várias pesquisas que associam o uso abusivo de substâncias psicoativas, o desenvolvimento de desordem de estresse pós-traumático e o histórico de abuso de sexual entre mulheres. Outros estudos também evidenciam alta incidência de estresse pós-traumático relacionado à violência sexual e ao uso abusivo de substâncias psicoativas (WILLIAMS; BERNSTEIN, 2011).

2.5 CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE MENTAL

As consequências deletérias para a saúde mental advindas de incidentes de agressão sexual são muito bem documentadas na literatura, especialmente em relação ao desenvolvimento de transtorno de estresse pós-traumático (PTSD) e à utilização de serviços de saúde mental (KINTZLE et al, 2015).

Estudos demonstram que a população em geral, quando exposta ao histórico de abuso sexual, possui maior vulnerabilidade para o desenvolvimento de sintomas e doenças psiquiátricas. Inúmeros estudos demonstram maior prevalência de depressão, transtorno do pânico e distúrbio de somatização (TURCHIK; WILSON, 2010). Estudos envolvendo mulheres militares com histórico de abuso sexual evidenciaram maior prevalência de depressão, desordem por estresse pós-traumático e uso de substâncias ilícitas (SURIS; LIND, 2008). As pesquisas concluem que a prevalência de distúrbios psiquiátricos aumenta, bem como a gravidade deles, proporcionalmente ao aumento das taxas de abuso sexual (MARTIN et al, 2000).

A desordem por estresse pós-traumático (PTSD) tem sido abordada em muitos estudos envolvendo mulheres combatentes vítimas de algum trauma sexual. Algumas experiências traumáticas, em especial o estupro, são mais “tóxicas” que outros tipos de trauma. A experiência do combate pode não ser tão traumática quanto o estupro, porém agrava a severidade da experiência traumática. A combinação de experiência de combate e histórico de abuso sexual pode criar um alto impacto no bem-estar psicológico de militares, maior que o abuso ou a experiência de combate isolados (WILLIAMS; BERNSTEIN, 2011).

Os estudos mostram que os traumas podem alterar o caminho em que as memórias são processadas e armazenadas. Assim, os traumas tendem a persistir como uma memória emocional, e tendem a se manifestar diante de algum gatilho, por estímulo sensitivo. As manifestações podem ocorrer na forma de PTSD, apresentando como sinais afeto diminuído; comportamento autodestrutivo e impulsivo; sintomas dissociativos; queixas somáticas; sentimentos de ineficácia, vergonha, desespero ou desesperança; sentimento permanente de fracasso; perda das crenças; hostilidade; retraimento social; sentimento de estar permanentemente ameaçado; relacionamentos prejudicados e perda das características da personalidade prévia do indivíduo (WILLIAMS; BERNSTEIN 2011).

Mulheres vítimas de abuso sexual apresentam um risco aumentado de suicídio, sendo que o trauma sexual é um fator de risco independente de outros fatores conhecidos, como a condição de saúde mental, morbidade medicamentosa e características sociodemográficas (KIMERLING et al, 2016).

O trauma sexual está associado ao desenvolvimento de disfunção sexual e baixa satisfação sexual entre mulheres, conforme demonstrado por revisão sistemática recente. Estudos que abordam este aspecto foram metodologicamente limitados pelo uso de medidas avaliadoras de saúde sexual não validadas e pela falha na avaliação abrangente do histórico de traumas (PULVERMAN; CHRISTY; KELLY, 2019).

Embora as consequências negativas para a saúde mental tenham sido bem estabelecidas, existem poucos estudos que explorem tratamentos eficazes para vítimas de crimes sexuais. Algumas pesquisas indicam a eficácia da terapia cognitiva de processamento no tratamento do estresse pós-traumático, obtendo bons resultados (VOELKEL et al, 2015).

2.6 CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE FÍSICA

As consequências para a saúde física são graves e crônicas. A exposição repetida a situações de violência interpessoal durante o serviço militar ou a dificuldade de acesso a serviços médicos são fatores que podem contribuir para os agravos físicos (SADLER, 2000).

Identifica-se um aumento da vulnerabilidade ao desenvolvimento de sintomas físicos, sendo que o histórico de abuso sexual está associado à evolução de problemas de saúde tardios. Vítimas de abuso apresentam mais comumente sintomas musculares heterogêneos, gastrointestinais, respiratórios, além de queixas sexuais. Muitos estudos demonstram relação entre a PTSD e o desenvolvimento dos citados sintomas, sendo a gravidade da desordem de estresse pós-traumática um indício do desenvolvimento dos mesmos (SURIS; LIND, 2008).

Em estudo realizado para avaliar as consequências para a saúde física de vítimas de abuso sexual, verificou-se um aumento das queixas de sintomas físicos e maiores taxas de problemas de saúde crônicos. Os sintomas incluem dor pélvica, problemas menstruais, queixas osteomusculares, cefaleia, sintomas gastrointestinais e fadiga crônica. Mulheres militares veteranas com histórico de abuso apresentam aumento significativo de fatores de risco cardiovasculares, incluindo tabagismo, alcoolismo e estilo de vida sedentário (WILLIAMS; BERNSTEIN, 2011). Há maior vulnerabilidade para o desenvolvimento de afecções crônicas, levando ao aumento do risco cardiovascular (SURIS; LIND, 2008). Outros estudos também demonstram elevadas taxas de obesidade nessa população, independentemente do desenvolvimento de estresse pós-traumático (PANDEY et al, 2018). Provavelmente em associação com a maior prevalência de dor crônica neste segmento, também foi verificado que é mais comum tais mulheres serem submetidas a cirurgia de histerectomia antes dos 40 anos de idade (SURIS; LIND, 2008). Estudo recente indica que as militares com histórico de abuso sexual durante o serviço militar associado com passado de abuso infantil apresentam 4,33 vezes mais chances de desenvolverem dores sexuais, quando comparadas ao segmento que nunca sofreu tais traumas (PULVERMAN; CHRISTY; KELLY, 2019).

Médicos ginecologistas-obstetras estão na linha de frente para identificação de vítimas de crimes sexuais, tendo-se em vista que aproximadamente um terço de todas as consultas ambulatoriais para mulheres entre 15 e 44 anos são para tal especialidade, e aproximadamente metade das pacientes consideram o profissional da área como cuidador primário. Portanto, o especialista possui oportunidade única para identificar e, conjuntamente com profissionais de

saúde mental, proverem tratamento médico das consequências da violência contra mulheres (SADLER, 2000).

3 CONCLUSÕES

A revisão de literatura realizada identificou maiores taxas de prevalência de abuso sexual contra mulheres militares em relação a população feminina civil nos países abordados. Procurou-se esclarecer os fatores de risco e as consequências associadas ao abuso sexual contra mulheres militares, examinando estudos que incluíram taxas de prevalência de agressão sexual contra militares do segmento feminino, com foco particular naqueles que examinaram as consequências para saúde psíquica e física. Devido à escassez de estudos brasileiros sobre o assunto, a revisão baseou-se na literatura americana, a qual apresentou variados e inúmeros estudos abordando a questão do abuso e trauma sexual contra mulheres militares.

Muitos estudos apresentaram discrepâncias quanto às reais taxas de abuso sexual contra mulheres militares nos Estados Unidos. Tal fato pode ser justificado por várias variáveis, incluindo métodos de coleta de dados e definição de abuso sexual, bem como a finalidade do estudo. Estudos baseados em entrevistas individuais apresentaram maior variabilidade na notificação de abuso sexual, o que pode ser devido às várias formas e formatos de entrevista usados para obter informações.

A literatura abordada em um contexto militar identificou vários fatores de risco associados, destacando-se a idade jovem das mulheres, a história prévia de abuso sexual, e o uso abusivo de álcool (WILLIAMS, BERNSTEIN, 2011). Paralelamente, verificou-se as consequências e sintomas de saúde mental e física associadas ao trauma sexual. Em geral, foram identificadas maiores taxas de depressão, desordem de estresse pós-traumático (PTSD) e uso abusivo de substâncias psicotrópicas. Há também maior vulnerabilidade para o desenvolvimento de sintomas físicos, bem como maior risco de desenvolvimento de afecções crônicas, levando ao aumento do risco cardiovascular (SURIS, LIND, 2008). Cefaleia, sintomas gastrointestinais, fadiga crônica, queixas osteomusculares e dores pélvicas são sintomas comumente relatados (KIMERLING et al, 2016).

Em relação ao cenário brasileiro, ressalta-se a necessidade de pesquisas que abordem a atual realidade da mulher militar, a qual apresenta participação em número e em importância nas Forças Armadas.

Por fim, diante da crescente participação feminina nas Forças Armadas brasileiras, inclusive como militar combatente, a presente revisão também objetiva alertar sobre um problema que já se tornou endêmico nos Estados Unidos, a fim de serem criadas medidas preventivas e educacionais entre os militares. Identificar fatores de riscos e atuar sobre eles de

forma precoce, evitando sequelas psicológicas ou físicas, é fundamental para garantir o bem-estar e a segurança das mulheres militares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vítor Hugo de Araújo. **Mulheres nas Forças Armadas brasileiras: situação atual e perspectivas futuras**. Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa. Estatuto. 2015. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/22600. Acesso em: 29 jul. 2019.

BRASIL, Superior Tribunal Militar. **Participação feminina cresce nas Forças Armadas.** 2015. Disponível em: ttps://www.stm.jus.br/informacao/agencia-denoticias/item/3963-participacao-feminina-cresce-nas-forcas-armadas. Acesso em: 29 jul. 2019.

BRAUN, Lisa A. et al. Integrative Literature Review: U.S. Military Women's Genitourinary and Reproductive Health. **Military Medicine**, [s.l.], v. 181, n. 1, p.35-49, jan. 2016.

CAMARGO, Wainesten. Mulheres nas Forças Armadas: desenvolvimento histórico-jurídico da participação feminina na defesa nacional. **Jus Navigandi**, [s.l.], n. 5727, mar. 2019. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/72412. Acesso em: 21 set. 2019

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **As mulheres nas instituições policiais.** Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/FBSP_Mulheres_instituicoes_policiais_2015.pdf. Acesso em: 29 jul. 2019.

KIMERLING, Rachel et al. Military Sexual Trauma and Suicide Mortality. **American Journal Of Preventive Medicine**, [s.l.], v. 50, n. 6, p.684-691, jun. 2016.

KINTZLE, Sara et al. Sexual trauma in the military: Exploring PTSD and mental health care utilization in female veterans.. **Psychological Services**, [s.l.], v. 12, n. 4, p.394-401, 2015.

LAMBERT, Natália. **Mulheres levarão ao menos 30 anos para atingir topo das Forças Armadas.** 2017. Disponível em: http://www.fab.mil.br/notimp/mostra/10-04-2017#2. Acesso em: 29 jul. 2019.

LIMA, Lana Lage da Gama; TARDIN, Elaine Borges. “A mulher militar brasileira no século XXI: antigos paradigmas, novos desafios”. **Revista Ágora**, Vitória, n. 22, p. 70-82, 2015.

LOBO, Hewdy. **Como o código penal aborda a violência sexual.** Disponível em: https://lobo.jusbrasil.com.br/artigos/533696742/como-o-codigo-penal-aborda-a-violencia-sexual. Acesso em: 27 ago. 2019.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Sob o signo de Atena Gênero na diplomacia e nas Forças Armadas.** São Paulo: Unesp, 2009. 280 p.

MARTIN, Lee et al. Psychological and Physical Health Effects of Sexual Assaults and Nonsexual Traumas Among Male and Female United States Army Soldiers. **Behavioral Medicine**, [s.l.], v. 26, n. 1, p.23-33, jan. 2000.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Mais uma conquista das mulheres nas Forças Armadas**. 2017. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/noticias/28366-mais-uma-conquista-das-mulheres-nas-forcas-armadas. Acesso em: 27 jul. 2019.

PANDEY, Nivedita et al. Military Sexual Trauma and Obesity Among Women Veterans. **Journal Of Women's Health**, [s.l.], v. 27, n. 3, p.305-310, mar. 2018.

PULVERMAN, Carey S.; CHRISTY, Alicia Y.; KELLY, Ursula A.. Military Sexual Trauma and Sexual Health in Women Veterans: A Systematic Review. **Sexual Medicine Reviews**, [s.l.], v. 7, n. 3, p.393-407, jul. 2019.

RANK, Michael G.; HEROUX, Elise Fisher Jensen. Military Women and Veterans. **Military Behavioral Health**, [s.l.], v. 6, n. 1, p.1-2, 27 set. 2017.

ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira. A Mulher Militar e sua Integração nas Forças Armadas. **RJLB**, Brasília, n. 3, p. 775-804, 2017.

ROSELLINI, Anthony J. et al. Sexual Assault Victimization and Mental Health Treatment, Suicide Attempts, and Career Outcomes Among Women in the US Army. **American Journal Of Public Health**, [s.l.], v. 107, n. 5, p.732-739, maio 2017.

SADLER, A. Health-related consequences of physical and sexual violence: women in the military. **Obstetrics & Gynecology**, [s.l.], v. 96, n. 3, p.473-480, 23 ago. 2000.

SURIS, Alina; LIND, Lisa. Military Sexual Trauma. **Trauma, Violence, & Abuse**, [s.l.], v. 9, n. 4, p.250-269, out. 2008.

TURCHIK, Jessica A.; WILSON, Susan M.. Sexual assault in the U.S. military: A review of the literature and recommendations for the future. **Aggression And Violent Behavior**, [s.l.], v. 15, n. 4, p.267-277, jul. 2010.

VOELKEL, Emily et al. Effectiveness of Cognitive Processing Therapy for Male and Female U.S. Veterans With and Without Military Sexual Trauma. **Journal Of Traumatic Stress**, [s.l.], v. 28, n. 3, p.174-182, 14 maio 2015.

WILLIAMS, Irene; BERNSTEIN, Kunsook. Military Sexual Trauma Among U.S. Female Veterans. **Archives Of Psychiatric Nursing**, [s.l.], v. 25, n. 2, p.138-147, abr. 2011.

WILSON, Laura C.. The Prevalence of Military Sexual Trauma: A Meta-Analysis. **Trauma, Violence, & Abuse**, [s.l.], v. 19, n. 5, p.584-597, 16 dez. 2016.

ZUCATTO, Giovana Esther. “Inserção feminina nas Forças Armadas: Análise teórica comparativa”. In: IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED). Florianópolis, 2016.